



PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - CAMPUS NOVA ANDRADINA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2019
(Processo Administrativo n.º (23347.021233.2019-49)

Torna-se público que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul . IFMS, Campus Nova Andradina . UASG 158452, por meio da Coordenação de Materiais (Licitações e Contratos) . COMAT, sediada na Av. Maria José Colombo, 185 - Edifício FINOVA - Bloco I - Sala 6 - Parque Industrial José Marques - Nova Andradina/MS - CEP: 79750-000, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

DATA: 12/12/2019

HORAS: 10:00 horas (horário de Brasília)

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal . www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de equipamentos para os laboratórios de Ciências Agrárias do IFMS, Campus Nova Andradina, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação por itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.



2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 *As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.*

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira . ICP - Brasil.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores . SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



- 4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação
- 4.3.6.. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio
- 4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4 Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:

- 4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - 4.4.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo **não** impedirá o prosseguimento no certame;
 - 4.4.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo **sim** apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- 4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 4.4.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.



5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;
- 5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. *Valor unitário e total do item.*
 - 6.1.2. Marca;
 - 6.1.3. Fabricante;
 - 6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o *modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;*
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
- 7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor (unitário).



- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. *O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme tabela do item nº 1, do Termo de Referência, anexo nº 1 do Edital.*
- 7.7.1 *Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão.*
- 7.7.2 *Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.*
- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8.1 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.
- 7.9 *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa ~~aberto~~, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*
- 7.10 *A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.*
- 7.11 *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*
- 7.12 *Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.*
- 7.13 *Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.*
- 7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;
- 7.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. O Critério de julgamento adotado será o *menor preço*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.29.1. no país;

7.29.2. por empresas brasileiras;

7.29.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



- 7.29.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.31.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 8.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;



9.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.3.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

9.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.3. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.4. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.5. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas , sob pena de inabilitação.



- 9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
 - 9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8 **Habilitação jurídica:**

- 9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual . MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8.4. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.8.6. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração . DREI;
- 9.8.7. *No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf . DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.*
- 9.8.8. *No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS . CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).*
- 9.8.9. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS . CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).



9.8.10.No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.11 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4 provas de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8 caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. Qualificação Econômico-financeira

9.10.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.10.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;



9.10.2.1 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.10.2.2 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.3 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.2.4 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. Qualificação Técnica

9.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e



- (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no ~~chat~~ a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.19. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.11. *A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:*
- 10.11.1. *ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.*
- 10.11.2. *conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.*
- 10.12. *A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.*



- 10.12.1. *Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.*
- 10.13. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 10.13.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.14. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.15. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.16. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (e-mail), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.3 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.4 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 30 (*trinta*) dias, contados a partir da data de sua (s) convocação (ões), para assinar (em) a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair (em) do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. Alternativamente à (s) convocação (ões) para comparecer (em) perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja (m) assinada (s) no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data de seu recebimento.



15.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo (s) licitante (s) vencedor (s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do (s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2.1. O adjudicatário terá o prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do fornecedor registrado, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.2 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4 O prazo de vigência da contratação é de prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.



16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência



20. DO PAGAMENTO

- 20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 21.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
 - 21.1.2. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 21.1.3. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
 - 21.1.4. apresentar documentação falsa;
 - 21.1.5. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 21.1.6. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 21.1.7. não mantiver a proposta;
 - 21.1.8. cometer fraude fiscal;
 - 21.1.9. comportar-se de modo inidôneo;
- 21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 21.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação
 - 21.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do (s) item (s) prejudicado (s) pela conduta do licitante;
 - 21.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 21.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 21.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



- 21.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 21.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização . PAR.
- 21.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 21.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 22.1. *Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.*
- 22.2. *A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.*
- 22.3. *Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.*

Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.



23.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licit.na@ifms.edu.br** ou por petição dirigida ou protocolada no endereço na, setor de licitação na Av. Maria José Colombo, 185 - Edifício FINOVA - Bloco I - Sala 6 - Parque Industrial José Marques - Nova Andradina/MS - CEP: 79750-000. Observando os horários de expediente do setor 08:00 às 18:00 H (horário de Brasília), de segunda-feira a sexta-feira.

23.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

23.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.7.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília . DF.

24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



- 24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 24.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço, nos dias úteis, no horário das horas às horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 24.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 24.12.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 24.12.2. ANEXO II . Minuta de Ata de Registro de Preços



Nova Andradina, 28 de novembro de 2019.

Marciene Nascimento de Brito

Assistente em Administração

De acordo:

Sérgio Paulo de Souza

Diretor de Administração

Claudio Zarate Sanavria

Diretor-Geral

Ordenador de Despesa



ANEXO I É TERMO DE REFERÊNCIA

Sistema de Registro de Preços

IFMS É CAMPUS NOVA ANDRADINA

PREGÃO SRP Nº 07/2019

(Processo Administrativo n.º (23347.021233.2019-49)

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de equipamentos para os laboratórios de Ciências Agrárias do IFMS, Campus Nova Andradina, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ÓRGÃO GERENCIADOR						
Item	Discriminação	UND Med..	Qtd	Valor de intervalo dos lances /itens	VL. Unit. Estimado	VL. Total Estimado
1	Autoclave 75 litros Capacidade interna de 75 litros; Câmara simples para esterilização de Gabinete em chapa de aço com tratamento anticorrosivo e acabamento em epóxi eletrostático; Câmara de esterilização em aço inox AISI 304; Tampa em bronze fundido, internamente estanhada e polido; Vedação com perfil de silicone; Válvula de segurança e controle de pressão por meio de contra peso regulável; Manipulos em baquelite isolante ao calor para fechamento da tampa; Resistência tubular de imersão blindada; Manômetro com escala de pressão e temperatura; Pressão máxima de trabalho de 1,5 Kg/cm2 que corresponde a 127°C; Pannel com chave seletora de temperatura com 3 posições (Min. / Méd. / Máx.), e instrução de uso; Cestos internos em aço inox AISI 304 (2 cestos); Registro para drenagem e limpeza da câmara de esterilização; Dimensões internas: Diâmetro de 400x 600 mm altura; Dimensões externas: A= 1150 x L= 500 x P= 620 mm; 4.000 Watts, 110 Volts. CATMAT: 301052.	UND	2	R\$ 10,00	R\$ 7.019,28	R\$ 14.038,56
2	Capela fluxo laminar, material base aço inoxidável, tipo classe II A1, hepa, características adicionais eficiência 99,9%, partículas 0,3 micron. Características mínimas: unidade fluxo laminar, capela de fluxo laminar, tipo horizontal, material aço inoxidável inclusive as laterais, tipo B2, classe II, NB-2, NB- 3, filtro ulpa	UND	2	R\$ 10,00	R\$ 8.796,00	R\$ 17.592,00



	<p>com eficiência 99,99%, sem recirculação do ar, luz interna, lâmpada germicida com horímetro, tomada elétrica auxiliar interna, válvula para gás ou vácuo, tensão 220V, frequência 50/60 HZ, dimensões internas mínimas: largura 1270mm, profundidade 560 mm, altura 670mm, base com quatro rodízios giratórios e freio. Com anual de instruções em português e certificado de garantia de no mínimo 12 meses. CATMAT:403759.</p>					
3	<p>Estufa laboratório, tipo:c/ renovação ar, material :gabinete aço inox. ajuste:ajuste digital,c/ painel de controle,programável, capacidade:cerca de 500 l. emperatura:até 200 °c, componentes:c/ até 5 bandejas, adicional:c/ vedação, alarmes.</p> <p>descrição complementar: estufa laboratório, tipo c/ renovação ar, material* gabinete aço inox, ajuste ajuste digital,c/ painel de controle, programável, capacidade cerca de 500 l, temperatura até 200 °c, componentes c/ até 5 bandejas, adicional c/ vedação, alarmes.</p> <p>catmat: 419821</p>	UND	3	R\$ 5,00	R\$ 5.725,3	R\$ 17.175,99
4	<p>Microondas. forno microondas, capacidade 30 l, potência 900 w, voltagem 110 v, características adicionais 11 níveis de potência, trava segurança eletrônica cor branca. catmat:391765</p>	UND	10	R\$ 1,00	R\$ 488,59	R\$ 4.885,90
5	<p>Germinador de sementes - mangelsdorf - germinador de sementes, digital, com iluminação, tipo mangelsdorf, oferece um uso variado para todos tipos de experiência de germinação, com acurado controle de temperatura. controlador de temperatura eletrônico digital com divisão de 0, 1°c termostato de precisão. porta inteiramente de vidro com câmara dupla, para melhor visibilidade e entrada de luz. parte superior, também de vidro, possibilitando a execução de testes de germinação à luz do dia, ou no escuro. acompanha 05 prateleiras de aço inox, para revenir qualquer efeito tóxico que retarde a germinação. dimensões internas de aproximadas. 60 x 55 x 87 cm, 220v, garantia 12 meses.</p> <p>catmat:150858</p>	UND	1	R\$ 3,00	R\$ 4.874,83	R\$ 4.874,83
6	<p>Incubadora laboratório, ajuste:ajuste digital, c/ painel de controle, tipo :bod, com fotoperíodo, volume:cerca de 350 l, temperatura:controle temperatura até 60 °c, adicional:com vedação, componentes:até 10 prateleiras. incubadora laboratório, ajuste</p>	UND	3	R\$ 2,00	R\$ 4.013,77	R\$ 12.041,31



	ajuste digital, c/ painel de controle, tipo* bod, com fotoperíodo, volume cerca de 350 l, temperatura controle temperatura até 60 °c, adicional com vedação, componentes até 10 prateleiras catmat: 413314					
7	Refrigerador duplex frost free características mínimas: refrigerador duplex, capacidade refrigeração 445 a 500 litros, capacidade congelador 108 a 120 litros, sistema degelo frost free, cor branca, tensão alimentação 220 v. com manual de instruções em português e certificado de garantia de no mínimo 12 meses. características adicionais: embalado individualmente para transporte; o equipamento deverá respeitar os índices de eficiência mínima estipulados pelo programa brasileiro de etiquetagem, desenvolvido pelo Inmetro, devendo estar enquadrado na faixa de classificação. catmat: 138622.	UND	10	R\$ 2,00	R\$ 2.670,00	R\$ 26.702,00
8	Tensiómetro analógico para instalação a 40 cm de profundidade, com cápsula porosa, vacuômetro selado e protegido por invólucro de borracha, escala em centibar e kilopascal na faixa de 0 a 100 centibar.	UND	5	R\$ 1,00	R\$ 321,23	R\$ 1.606,15
9	Tensiómetro Analógico de Punção, faixa de leitura de 0- 100 kPa, para leitura de tensiómetros, com capa de borracha/silicone	UND	5	R\$ 1,00	R\$ 629,76	R\$ 3.148,83
10	Tensiómetro de punção, em PVC, com tampa de borracha/silicone, p/ profundidade de medição de 40 cm.	UND	5	R\$ 1,00	R\$ 148,26	R\$ 741,33
11	Pulverizador de pesquisa. Sistema com antigotejo e engate rápido. Fácil sistema de angulação de pontas. 4 bicos espaçados a 50cm. Cilindro de alumínio com capacidade para 2kg de CO2. Regulador de pressão. Apoio costal leve e prático. Manômetro de 0 a 100psi (100bar). Lança de alta qualidade. Pescador com válvula de segurança que abre a 60psi (4 bar) e sistema de engate rápido.	UND	5	R\$ 2,00	R\$ 3.117,00	R\$ 15.585,00



R\$ 118.391,84

1.1.1 *Estimativas de consumo individualizadas, do órgão(s) e entidade(s) participante(s), assim disposta a ser licitada:*

ORGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO (S) PARTICIPANTES				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANTIDADE	ÓRGÃO GERENCIADOR/ ÓRGÃO PARTICIPANTE
1	Autoclave 75 litros Capacidade interna de 75 litros; Câmara simples para esterilização de Gabinete em chapa de aço com tratamento anticorrosivo e acabamento em epóxi eletrostático; Câmara de esterilização em aço inox AISI 304; Tampa em bronze fundido, internamente estanhado e polido; Vedação com perfil de silicone; Válvula de segurança e controle de pressão por meio de contra peso regulável; Manípulos em baquelite isolante ao calor para fechamento da tampa; Resistência tubular de imersão blindada; Manômetro com escala de pressão e temperatura; Pressão máxima de trabalho de 1,5 Kg/cm2 que corresponde a 127°C; Painel com chave seletora de temperatura com 3 posições (Min. / Méd. / Máx.), e instrução de uso; Cestos internos em aço inox AISI 304 (2 cestos); Registro para drenagem e limpeza da câmara de esterilização; Dimensões internas: Diâmetro de 400x 600 mm altura; Dimensões externas: A= 1150 x L= 500 x P= 620 mm; 4.000 Watts, 110 Volts. CATMAT: 301052.	UND	2	IFMS Campus Nova Andradina UASG 158452
2	Autoclave 75 litros Capacidade interna de 75 litros; Câmara simples para esterilização de Gabinete em chapa de aço com tratamento anticorrosivo e acabamento em epóxi eletrostático; Câmara de esterilização em aço inox AISI 304; Tampa em bronze fundido, internamente estanhado e polido; Vedação com perfil de silicone; Válvula de segurança e controle de pressão por meio de contra peso regulável; Manípulos em baquelite isolante ao calor para fechamento da tampa; Resistência tubular de imersão blindada; Manômetro com escala de pressão e temperatura; Pressão máxima de trabalho de 1,5 Kg/cm2 que corresponde a 127°C; Painel com chave seletora de temperatura com 3 posições (Min. / Méd. / Máx.), e instrução de uso; Cestos internos em aço inox	UND	1	IFMS Campus Coxim UASG 158451



	AISI 304 (2 cestos); Registro para drenagem e limpeza da câmara de esterilização; Dimensões internas: Diâmetro de 400x 600 mm altura; Dimensões externas: A= 1150 x L= 500 x P= 620 mm; 4.000 Watts, 110 Volts. CATMAT: 301052.			
3	Autoclave 75 litros Capacidade interna de 75 litros; Câmara simples para esterilização de Gabinete em chapa de aço com tratamento anticorrosivo e acabamento em epóxi eletrostático; Câmara de esterilização em aço inox AISI 304; Tampa em bronze fundido, internamente estanhado e polido; Vedação com perfil de silicone; Válvula de segurança e controle de pressão por meio de contra peso regulável; Manipulos em baquelite isolante ao calor para fechamento da tampa; Resistência tubular de imersão blindada; Manômetro com escala de pressão e temperatura; Pressão máxima de trabalho de 1,5 Kg/cm ² que corresponde a 127°C; Painel com chave seletora de temperatura com 3 posições (Min. / Méd. / Máx.), e instrução de uso; Cestos internos em aço inox AISI 304 (2 cestos); Registro para drenagem e limpeza da câmara de esterilização; Dimensões internas: Diâmetro de 400x 600 mm altura; Dimensões externas: A= 1150 x L= 500 x P= 620 mm; 4.000 Watts, 110 Volts. CATMAT: 301052.	UND	1	IFMS Campus Aquidauana UASG 158448
4	Capela fluxo laminar, material base aço inoxidável, tipo classe II A1, hepa, características adicionais eficiência 99,9%, partículas 0,3 micron. Características mínimas: unidade de fluxo laminar, capela de fluxo laminar, tipo horizontal, material aço inoxidável inclusive as laterais, tipo B2, classe II, NB-2, NB-3, filtro ulpa com eficiência 99,99%, sem recirculação do ar, luz interna, lâmpada germicida com horímetro, tomada elétrica auxiliar interna, válvula para gás ou vácuo, tensão 220V, frequência 50/60 HZ, dimensões internas mínimas: largura 1270mm, profundidade 560 mm, altura 670mm, base com quatro rodízios giratórios e freio. Com anual de instruções em português e certificado de garantia de no mínimo 12 meses. CATMAT:403759.	UND	2	IFMS Campus Nova Andradina UASG 158452
5	Capela fluxo laminar, material base aço inoxidável, tipo classe II A1, hepa, características adicionais eficiência 99,9%, partículas 0,3 micron. Características mínimas: unidade de fluxo laminar, capela de fluxo laminar, tipo horizontal, material aço inoxidável inclusive as laterais, tipo B2, classe II, NB-2, NB-3, filtro ulpa com eficiência 99,99%, sem recirculação do ar, luz interna, lâmpada germicida com horímetro, tomada elétrica auxiliar interna, válvula para gás ou vácuo, tensão 220V,	UND	1	IFMS Campus Coxim UASG 158451



	<p>frequência 50/60 HZ, dimensões internas mínimas: largura 1270mm, profundidade 560 mm, altura 670mm, base com quatro rodízios giratórios e freio. Com anual de instruções em português e certificado de garantia de no mínimo 12 meses. CATMAT:403759.</p>			
6	<p>Capela fluxo laminar, material base aço inoxidável, tipo classe II A1, hepa, características adicionais eficiência 99,9%, partículas 0,3 microm. Características mínimas: unidade de fluxo laminar, capela de fluxo laminar, tipo horizontal, material aço inoxidável inclusive as laterais, tipo B2, classe II, NB-2, NB-3, filtro ulpa com eficiência 99,99%, sem recirculação do ar, luz interna, lâmpada germicida com horímetro, tomada elétrica auxiliar interna, válvula para gás ou vácuo, tensão 220V, frequência 50/60 HZ, dimensões internas mínimas: largura 1270mm, profundidade 560 mm, altura 670mm, base com quatro rodízios giratórios e freio. Com anual de instruções em português e certificado de garantia de no mínimo 12 meses. CATMAT:403759.</p>	UND	1	<p>IFMS Campus Aquidauana UASG 158448</p>
7	<p>Estufa laboratório, tipo: c/ renovação ar, material : gabinete aço inox. ajuste: ajuste digital, c/ painel de controle, programável, capacidade: cerca de 500 l. temperatura: até 200 °c, componentes: c/ até 5 bandejas, adicional: c/ vedação, alarmes.</p> <p>descrição complementar: estufa laboratório, tipo c/ renovação ar, material* gabinete aço inox, ajuste ajuste digital, c/ painel de controle, programável, capacidade cerca de 500 l, temperatura até 200 °c, componentes c/ até 5 bandejas, adicional c/ vedação, alarmes.</p> <p>catmat: 419821</p>	UND	3	<p>IFMS Campus Nova Andradina UASG 158452</p>
8	<p>Estufa laboratório, tipo: c/ renovação ar, material : gabinete aço inox. ajuste: ajuste digital, c/ painel de controle, programável, capacidade: cerca de 500 l. temperatura: até 200 °c, componentes: c/ até 5 bandejas, adicional: c/ vedação, alarmes.</p> <p>descrição complementar: estufa laboratório, tipo c/ renovação ar, material* gabinete aço inox, ajuste ajuste digital, c/ painel de controle, programável, capacidade cerca de 500 l, temperatura até 200 °c, componentes c/ até 5 bandejas, adicional c/ vedação, alarmes.</p> <p>catmat: 419821</p>		2	<p>IFMS Campus Coxim UASG 158451</p>



9	<p>Estufa laboratório, tipo:c/ renovação ar, material :gabinete aço inox. ajuste:ajuste digital,c/ painel de controle,programável, capacidade:cerca de 500 l. emperatura:até 200 °c, componentes:c/ até 5 bandejas, adicional:c/ vedação, alarmes.</p> <p>descrição complementar: estufa laboratório, tipo c/ renovação ar, material* gabinete aço inox, ajuste ajuste digital,c/ painel de controle, programável, capacidade cerca de 500 l, temperatura até 200 °c, componentes c/ até 5 bandejas, adicional c/ vedação, alarmes.</p> <p>catmat: 419821</p>	UN	1	<p>IFMS Campus Aquidauana UASG 158448</p>
10	<p>Microondas. forno microondas, capacidade 30 l, potência 900 w, voltagem 110 v, características adicionais 11 níveis de potência, trava segurança eletrônica cor branca. catmat:391765</p>	UM	10	<p>IFMS Campus Nova Andradina UASG 158452</p>
11	<p>Microondas. forno microondas, capacidade 30 l, potência 900 w, voltagem 110 v, características adicionais 11 níveis de potência, trava segurança eletrônica cor branca. catmat:391765</p>	UM	3	<p>IFMS Campus Coxim UASG 158451</p>
12	<p>Microondas. forno microondas, capacidade 30 l, potência 900 w, voltagem 110 v, características adicionais 11 níveis de potência, trava segurança eletrônica cor branca. catmat:391765</p>	UN	3	<p>IFMS Campus Aquidauana UASG 158448</p>
13	<p>Germinador de sementes - mangelsdorf - germinador de sementes, digital, com iluminação, tipo mangelsdorf, oferece um uso variado para todos tipos de experiência de germinação, com acurado controle de temperatura. controlador de temperatura eletrônico digital com divisão de 0, 1°C termostato de precisão. porta inteiramente de vidro com câmara dupla, para melhor visibilidade e entrada de luz. parte superior, também de vidro, possibilitando a execução de testes de germinação à luz do dia, ou no escuro. acompanha 05 prateleiras de aço inox, para revenir qualquer efeito tóxico que retarde a germinação. dimensões internas de aproximadas. 60 x 55 x 87 cm, 220v, garantia 12 meses.</p> <p>catmat:150858</p>	UN	1	<p>IFMS Campus Nova Andradina UASG 158452</p>
14	<p>Germinador de sementes - mangelsdorf - germinador de sementes, digital, com iluminação, tipo mangelsdorf, oferece um uso variado para todos tipos de experiência de germinação, com acurado controle de temperatura. controlador de temperatura eletrônico digital com divisão de 0, 1°C termostato de precisão. porta inteiramente de</p>	UN	1	<p>IFMS Campus Coxim UASG 158451</p>



	<p>vidro com câmara dupla, para melhor visibilidade e entrada de luz. parte superior, também de vidro, possibilitando a execução de testes de germinação à luz do dia, ou no escuro. acompanha 05 prateleiras de aço inox, para reverter qualquer efeito tóxico que retarde a germinação. dimensões internas de aproximadas. 60 x 55 x 87 cm, 220v, garantia 12 meses.</p> <p>catmat:150858</p>			
15	<p>Germinador de sementes - mangelsdorf - germinador de sementes, digital, com iluminação, tipo mangelsdorf, oferece um uso variado para todos tipos de experiência de germinação, com acurado controle de temperatura. controlador de temperatura eletrônico digital com divisão de 0, 1°C termostato de precisão. porta inteiramente de vidro com câmara dupla, para melhor visibilidade e entrada de luz. parte superior, também de vidro, possibilitando a execução de testes de germinação à luz do dia, ou no escuro. acompanha 05 prateleiras de aço inox, para reverter qualquer efeito tóxico que retarde a germinação. dimensões internas de aproximadas. 60 x 55 x 87 cm, 220v, garantia 12 meses.</p> <p>catmat:150858</p>	UN	1	<p>IFMS Campus Aquidauana UASG 158448</p>
16	<p>Incubadora laboratório, ajuste:ajuste digital, c/ painel de controle, tipo :bod, com fotoperíodo, volume:cerca de 350 l, temperatura:controle temperatura até 60 °c, adicional:com vedação, componentes:até 10 prateleiras. incubadora laboratório, ajuste ajuste digital, c/ painel de controle, tipo* bod, com fotoperíodo, volume cerca de 350 l, temperatura controle temperatura até 60 °c, adicional com vedação, componentes até 10 prateleiras catmat: 413314</p>	UN	3	<p>IFMS Campus Nova Andradina UASG 158452</p>
17	<p>Incubadora laboratório, ajuste:ajuste digital, c/ painel de controle, tipo :bod, com fotoperíodo, volume:cerca de 350 l, temperatura:controle temperatura até 60 °c, adicional:com vedação, componentes:até 10 prateleiras. incubadora laboratório, ajuste ajuste digital, c/ painel de controle, tipo* bod, com fotoperíodo, volume cerca de 350 l, temperatura controle temperatura até 60 °c, adicional com vedação, componentes até 10prateleiras catmat: 413314</p>	UN	3	<p>IFMS Campus Coxim UASG 158451</p>
18	<p>Refrigerador duplex frost free características mínimas: refrigerador duplex, capacidade refrigeração 445 a 500 litros, capacidade congelador 108 a 120 litros, sistema degelo frost free, cor branca, tensão alimentação</p>	UN	10	<p>IFMS Campus Nova Andradina UASG 158452</p>



	<p>220 v. com manual de instruções em português e certificado de garantia de no mínimo 12 meses. características adicionais: embalado individualmente para transporte; o equipamento deverá respeitar os índices de eficiência mínima estipulados pelo programa brasileiro de etiquetagem, desenvolvido pelo Inmetro, devendo estar enquadrado na faixa de classificação. catmat: 138622.</p>			
19	<p>Refrigerador duplex frost free características mínimas: refrigerador duplex, capacidade refrigeração 445 a 500 litros, capacidade congelador 108 a 120 litros, sistema degelo frost free, cor branca, tensão alimentação 220 v. com manual de instruções em português e certificado de garantia de no mínimo 12 meses. características adicionais: embalado individualmente para transporte; o equipamento deverá respeitar os índices de eficiência mínima estipulados pelo programa brasileiro de etiquetagem, desenvolvido pelo Inmetro, devendo estar enquadrado na faixa de classificação. catmat: 138622.</p>	UN	4	<p>IFMS Campus Coxim UASG 158451</p>
20	<p>Refrigerador duplex frost free características mínimas: refrigerador duplex, capacidade refrigeração 445 a 500 litros, capacidade congelador 108 a 120 litros, sistema degelo frost free, cor branca, tensão alimentação 220 v. com manual de instruções em português e certificado de garantia de no mínimo 12 meses. características adicionais: embalado individualmente para transporte; o equipamento deverá respeitar os índices de eficiência mínima estipulados pelo programa brasileiro de etiquetagem, desenvolvido pelo Inmetro, devendo estar enquadrado na faixa de classificação. catmat: 138622.</p>	UN	2	<p>IFMS Campus Aquidauana UASG 158448</p>
21	<p>Tensiómetro analógico para instalação a 40cm de profundidade, com cápsula porosa, vacuômetro selado e protegido por invólucro de borracha, escala em centibar e kilopascal na faixa de 0 a 100 centibar.</p>	UND	5	<p>IFMS Campus Nova Andradina UASG 158452</p>
22	<p>Tensímetro Analógico de Punção, faixa de leitura de 0 - 100 kPa, para leitura de tensiómetros, com capa de borracha/silicone</p>	UND	5	<p>IFMS Campus Nova Andradina UASG 158452</p>
23	<p>Tensiómetro de punção, em PVC, com tampa de borracha/silicone, p/ profundidade de medição de 40 cm.</p>	UND	5	<p>IFMS Campus Nova Andradina</p>



				UASG 158452
24	Pulverizador de pesquisa. Sistema com antigotejo e engate rápido. Fácil sistema de angulação de pontas. 4 bicos espaçados a 50cm. Cilindro de alumínio com capacidade para 2kgdeCO2. Reguladordepressão. Apoio costal leve e prático. Manômetro de 0 a 100psi (100bar). Lança de alta qualidade. Pescador com válvula de segurança que abre a 60psi (4bar) e sistema de engate rápido.	UND	5	IFMS Campus Nova Andradina UASG 158452

- 1.2 *Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.*
- 1.3 *Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.*
- 1.4 *Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.*

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DE CONTRATAÇÃO

- 2.1. Este processo tem como objeto a aquisição de materiais permanentes para equipar os laboratórios de:
- a) Melhoramento genético e biotecnologia,
 - b) Tecnologia e Produção de Sementes
 - c) Entomologia,
 - d) Fitopatologia,
 - e) Plantas daninhas,
 - f) Solos e nutrição de plantas,
 - g) Bromatologia,
 - h) Horticultura,
 -) Micropropagação,
 - j) Recursos Florestais,
 - k) Hidráulica, Hidrologia e Irrigação

Justifica-se a aquisição equipamentos para compor os laboratórios, os quais serão utilizados nas aulas



experimentais de diversas disciplinas dos cursos técnicos (Agropecuária e Zootecnia) e graduação (Tecnologia em produção de grãos e Bacharelado em Agronomia) tais como: Manejo e conservação do solo e água, Solos I, Solos II, Hidrologia e hidráulica, Agrometeorologia, Fisiologia vegetal, Entomologia geral, Forragicultura, Entomologia agrícola, Zootecnia I, Nutrição mineral de plantas, Fitopatologia geral, Irrigação e drenagem, Ciências das plantas daninhas, Fitopatologia, aplicada, Melhoramento vegetal e biotecnologia, Produção e tecnologia de sementes, Fruticultura I (temperada), Culturas I, Zootecnia II, Olericultura, Sistema de semeadura direta, Culturas II, Floricultura e paisagismo, Silvicultura, Bromatologia, Culturas III, Zootecnia III, Armazenamento de grãos, Plantas aromáticas, condimentares e medicinais, Tecnologia de produtos agropecuários, Fruticultura II (tropical e subtropical) e Extensão rural. Ressalta-se ainda que os equipamentos serão utilizados para fins de projetos de extensão e de pesquisas científicas e tecnológicas.

As prioridades de compra foram discutidas e levantadas pelos professores dos cursos de Bacharelado em Agronomia e Tecnologia em Produção de Grãos em função dos laboratórios que estão em fase de reforma e/ou construção e que breve precisarão de equipamentos para funcionar conforme tabela abaixo:

Laboratório	Equipamento	Quantidade
Melhoramento genético e biotecnologia	Micro-ondas 30L	1
	Refrigerador duplex 445 a 500 L	1
Tecnologia e Produção de Sementes	Micro-ondas 30L	1
	Germinador de semente - Mangelsdorf	1
	Incubadora de laboratório - BOD	1
	Refrigerador duplex 445 a 500 L	1
	Pulverizador de pesquisa	1
Entomologia	Pulverizador de pesquisa.	1
	Micro-ondas 30L	1
	Refrigerador duplex 445 a 500 L	1
Fitopatologia	Autoclave 75 litros	1
	Pulverizador de pesquisa	1
	Micro-ondas 30L	1
	Capela fluxo laminar	1



	Refrigerador duplex 445 a 500 L	1
	Incubadora de laboratório - BOD	1
Plantas daninhas	Micro-ondas 30L	1
	Refrigerador duplex 445 a 500 L	1
	Pulverizador de pesquisa	1
Solos e nutrição de plantas	<u>Micro-ondas 30L</u>	1
	<u>Refrigerador duplex 445 a 500 L</u>	1
	<u>Tensiômetro analógico para instalação a 40 cm de profundidade</u>	2
	<u>Tensímetro Analógico de Punção, faixa de leitura de 0 - 100 kPa</u>	2
	<u>Tensiômetro de punção, em PVC</u>	2
Bromatologia	Estufa de Secagem com Circulação/Renovação de Ar	1
	Micro-ondas 30L	1
	Refrigerador duplex 445 a 500 L	1
Horticultura	Estufa de Secagem com Circulação/Renovação de Ar	1
	Micro-ondas 30L	1
	Refrigerador duplex 445 a 500 L	1
	Pulverizador de pesquisa	1
Micropropagação	Autoclave 75 litros	1
	Capela fluxo laminar	1
	Micro-ondas 30L	1
	Refrigerador duplex 445 a 500	1



	L	
	Incubadora de laboratório - BOD	1
Recursos Florestais	Estufa de Secagem com Circulação/Renovação de Ar	1
	Micro-ondas 30L	1
	Refrigerador duplex 445 a 500 L	1
Hidráulica, Hidrologia e Irrigação	Tensiômetro analógico para instalação a 40 cm de profundidade	3
	Tensímetro Analógico de Punção, faixa de leitura de 0 - 100 kPa	3
	Tensiômetro de punção, em PVC	3

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. A aquisição do objeto deste Termo de Referência deverá ser realizada na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para registro de preços, em observância ao Decreto 7.892/13 e Art. 4º do Decreto nº 5.450/05, devido ao fato de que os serviços e bens são considerados comuns, conforme as características previstas no Art. 1º da Lei nº 10.520/02.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias, contados do envio da Nota de Empenho, ressaltando que a entrega vai ser em remessa única, nas quantidades e locais que seguem:

4.2. Do órgão gerenciador:

Rodovia MS . 473, KM 23 - Fazenda Santa Bárbara, s/n, CX. 144

CEP: 79750-000 - Nova Andradina-MS

Caixa Postal: 144

Telefone: (67) 3441-9600.

4.2.1 Órgãos Participantes:

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul . IFMS Campus Coxim



CNPJ 10.673.078/0006-35

Rua Salime Tanure, S/n, Bairro Santa Tereza

CEP 79400-000 . Coxim . MS

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul . Campus Aquidauana.
CNPJ 10.673.078/0004-73

Rua José Tadao Arima, nº 222 Vila Ycarai

CEP 79200-000 . Aquidauana . MS

4.2.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo (a) responsável pelo recebimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer



dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.2. o objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

6.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.4. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.5. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.6. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.10 indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.



9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

~~10.2.~~ Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.



- 10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- EM = I x N x VP, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:



$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

- 11.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 12.1. ***Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas***

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;



- 13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 13.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
 - 13.1.5. cometer fraude fiscal;
- 13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 13.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 13.2.2. multa moratória de 0.01% (por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 13.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 13.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 13.2.5.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 13.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
 - 13.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.



- 13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 14.1. *O custo estimado global da contratação é de R\$ 207.942,01*



Nova Andradina, 28 de novembro de 2019.

Marciene Nascimento de Brito

Assistente em Administração

De acordo:

Sérgio Paulo de Souza

Diretor de Administração

Claudio Zarate Sanavria

Diretor-Geral

Ordenador de Despesa



ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

Campus Nova Andradina

PREGÃO Nº 07/2019

(Processo Administrativo n.º (23347.021233.2019-49)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, Campus Nova Andradina, com sede na Rod. MS 473, km 23, Fazenda Santa Bárbara, S/Nº, CX. 144 - CEP 79.750-000, na cidade de Nova Andradina, inscrito no CNPJ sob o nº 10.673.078/0002-01, neste ato representado pelo Diretor-Geral, Claudio Zarate Sanavria, nomeado pela Portaria nº 1.668 de 03 de dezembro de 2015, publicada no DOU dia 04 de dezembro de 2015, inscrito no CPF sob o nº 886.006.021-49, portador da Carteira de Identidade nº 000905839 SSP/MS, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 07/2019, publicada no de/...../20....., processo administrativo n.º 23347.021233.2019-49 , RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de equipamentos para os laboratórios de Ciências Agrárias do IFMS, Campus Nova Andradina IFMS - Campus Nova Andradina, especificado (s) no (s) item (ns) do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 07/2019, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na (s) proposta (s) são as que seguem:

Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)					
Item	DISCRIMINAÇÃO	UND	QTD	VLR UNT	VLR TOTAL
Marca:					
Fabricante:					
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado:					
Total do Fornecedor:					R\$



3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

3.1.1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, Campus Coxim;

3.1.2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, Campus Aquidauana;

ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO (S) PARTICIPANTES				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QUANTIDADE	ÓRGÃO GERENCIADOR/ ÓRGÃO PARTICIPANTE
1	Autoclave 75 litros Capacidade interna de 75 litros; Câmara simples para esterilização de Gabinete em chapa de aço com tratamento anticorrosivo e acabamento em epóxi eletrostático; Câmara de esterilização em aço inox AISI 304; Tampa em bronze fundido, internamente estanhado e polido; Vedação com perfil de silicone; Válvula de segurança e controle de pressão por meio de contra peso regulável; Manípulos em baquelite isolante ao calor para fechamento da tampa; Resistência tubular de imersão blindada; Manômetro com escala de pressão e temperatura; Pressão máxima de trabalho de 1,5 Kg/cm ² que corresponde a 127°C; Painel com chave seletora de temperatura com 3 posições (Min. / Méd. / Máx.), e instrução de uso; Cestos internos em aço inox AISI 304 (2 cestos); Registro para drenagem e limpeza da câmara de esterilização; Dimensões internas: Diâmetro de 400x 600 mm altura; Dimensões externas: A= 1150 x L= 500 x P= 620 mm; 4.000 Watts, 110 Volts. CATMAT: 301052.	UND	2	IFMS Campus Nova Andradina UASG 158452
2	Autoclave 75 litros Capacidade interna de 75 litros; Câmara simples para esterilização de Gabinete em chapa de aço com tratamento anticorrosivo e acabamento em epóxi eletrostático; Câmara de esterilização em aço inox AISI 304; Tampa em bronze fundido, internamente estanhado e polido; Vedação com perfil de silicone; Válvula de segurança e controle de pressão por meio de contra peso regulável; Manípulos em baquelite isolante ao calor para fechamento da tampa; Resistência tubular de imersão blindada; Manômetro com escala de pressão e temperatura; Pressão máxima de trabalho de 1,5 Kg/cm ² que corresponde a 127°C; Painel com chave seletora de temperatura com 3 posições (Min. / Méd. / Máx.),	UND	1	IFMS Campus Coxim UASG 158451



	<p>e instrução de uso; Cestos internos em aço inox AISI 304 (2 cestos); Registro para drenagem e limpeza da câmara de esterilização; Dimensões internas: Diâmetro de 400x 600 mm altura; Dimensões externas: A= 1150 x L= 500 x P= 620 mm; 4.000 Watts, 110 Volts. CATMAT: 301052.</p>			
3	<p>Autoclave 75 litros Capacidade interna de 75 litros; Câmara simples para esterilização de Gabinete em chapa de aço com tratamento anticorrosivo e acabamento em epóxi eletrostático; Câmara de esterilização em aço inox AISI 304; Tampa em bronze fundido, internamente estanhado e polido; Vedação com perfil de silicone; Válvula de segurança e controle de pressão por meio de contra peso regulável; Manipulos em baquelite isolante ao calor para fechamento da tampa; Resistência tubular de imersão blindada; Manômetro com escala de pressão e temperatura; Pressão máxima de trabalho de 1,5 Kg/cm² que corresponde a 127°C; Painel com chave seletora de temperatura com 3 posições (Min. / Méd. / Máx.), e instrução de uso; Cestos internos em aço inox AISI 304 (2 cestos); Registro para drenagem e limpeza da câmara de esterilização; Dimensões internas: Diâmetro de 400x 600 mm altura; Dimensões externas: A= 1150 x L= 500 x P= 620 mm; 4.000 Watts, 110 Volts. CATMAT: 301052.</p>	UND	1	<p>IFMS Campus Aquidauana UASG 158448</p>
4	<p>Capela fluxo laminar, material base aço inoxidável, tipo classe II A1, hepa, características adicionais eficiência 99,9%, partículas 0,3 micron. Características mínimas: unidade de fluxo laminar, capela de fluxo laminar, tipo horizontal, material aço inoxidável inclusive as laterais, tipo B2, classe II, NB-2, NB-3, filtro ulpa com eficiência 99,99%, sem recirculação do ar, luz interna, lâmpada germicida com horímetro, tomada elétrica auxiliar interna, válvula para gás ou vácuo, tensão 220V, frequência 50/60 HZ, dimensões internas mínimas: largura 1270mm, profundidade 560 mm, altura 670mm, base com quatro rodízios giratórios e freio. Com anual de instruções em português e certificado de garantia de no mínimo 12 meses. CATMAT:403759.</p>	UND	2	<p>IFMS Campus Nova Andradina UASG 158452</p>
5	<p>Capela fluxo laminar, material base aço inoxidável, tipo classe II A1, hepa, características adicionais eficiência 99,9%, partículas 0,3 micron. Características mínimas: unidade de fluxo laminar, capela de fluxo laminar, tipo horizontal, material aço inoxidável inclusive as laterais, tipo B2, classe II, NB-2, NB-3, filtro ulpa com eficiência 99,99%, sem recirculação do ar, luz interna, lâmpada germicida com horímetro, tomada elétrica auxiliar interna,</p>	UND	1	<p>IFMS Campus Coxim UASG 158451</p>



	<p>válvula para gás ou vácuo, tensão 220V, frequência 50/60 HZ, dimensões internas mínimas: largura 1270mm, profundidade 560 mm, altura 670mm, base com quatro rodízios giratórios e freio. Com anual de instruções em português e certificado de garantia de no mínimo 12 meses. CATMAT:403759.</p>			
6	<p>Capela fluxo laminar, material base aço inoxidável, tipo classe II A1, hepa, características adicionais eficiência 99,9%, partículas 0,3 micron. Características mínimas: unidade de fluxo laminar, capela de fluxo laminar, tipo horizontal, material aço inoxidável inclusive as laterais, tipo B2, classe II, NB-2, NB-3, filtro ulpa com eficiência 99,99%, sem recirculação do ar, luz interna, lâmpada germicida com horímetro, tomada elétrica auxiliar interna, válvula para gás ou vácuo, tensão 220V, frequência 50/60 HZ, dimensões internas mínimas: largura 1270mm, profundidade 560 mm, altura 670mm, base com quatro rodízios giratórios e freio. Com anual de instruções em português e certificado de garantia de no mínimo 12 meses. CATMAT:403759.</p>	UND	1	<p>IFMS Campus Aquidauana UASG 158448</p>
7	<p>Estufa laboratório, tipo: c/ renovação ar, material : gabinete aço inox. ajuste: ajuste digital, c/ painel de controle, programável, capacidade: cerca de 500 l. temperatura: até 200 °c, componentes: c/ até 5 bandejas, adicional: c/ vedação, alarmes.</p> <p>descrição complementar: estufa laboratório, tipo c/ renovação ar, material* gabinete aço inox, ajuste ajuste digital, c/ painel de controle, programável, capacidade cerca de 500 l, temperatura até 200 °c, componentes c/ até 5 bandejas, adicional c/ vedação, alarmes.</p> <p>catmat: 419821</p>	UND	3	<p>IFMS Campus Nova Andradina UASG 158452</p>
8	<p>Estufa laboratório, tipo: c/ renovação ar, material : gabinete aço inox. ajuste: ajuste digital, c/ painel de controle, programável, capacidade: cerca de 500 l. temperatura: até 200 °c, componentes: c/ até 5 bandejas, adicional: c/ vedação, alarmes.</p> <p>descrição complementar: estufa laboratório, tipo c/ renovação ar, material* gabinete aço inox, ajuste ajuste digital, c/ painel de controle, programável, capacidade cerca de 500 l, temperatura até 200 °c, componentes c/ até 5 bandejas, adicional c/ vedação, alarmes.</p> <p>catmat: 419821</p>		2	<p>IFMS Campus Coxim UASG 158451</p>



9	<p>Estufa laboratório, tipo:c/ renovação ar, material :gabinete aço inox. ajuste:ajuste digital,c/ painel de controle,programável, capacidade:cerca de 500 l. emperatura:até 200 °c, componentes:c/ até 5 bandejas, adicional:c/ vedação, alarmes.</p> <p>descrição complementar: estufa laboratório, tipo c/ renovação ar, material* gabinete aço inox, ajuste ajuste digital,c/ painel de controle, programável, capacidade cerca de 500 l, temperatura até 200 °c, componentes c/ até 5 bandejas, adicional c/ vedação, alarmes.</p> <p>catmat: 419821</p>	UN	1	<p>IFMS Campus Aquidauana UASG 158448</p>
10	<p>Microondas. forno microondas, capacidade 30 l, potência 900 w, voltagem 110 v, características adicionais 11 níveis de potência, trava segurança eletrônica cor branca. catmat:391765</p>	UM	10	<p>IFMS Campus Nova Andradina UASG 158452</p>
11	<p>Microondas. forno microondas, capacidade 30 l, potência 900 w, voltagem 110 v, características adicionais 11 níveis de potência, trava segurança eletrônica cor branca. catmat:391765</p>	UM	3	<p>IFMS Campus Coxim UASG 158451</p>
12	<p>Microondas. forno microondas, capacidade 30 l, potência 900 w, voltagem 110 v, características adicionais 11 níveis de potência, trava segurança eletrônica cor branca. catmat:391765</p>	UN	3	<p>IFMS Campus Aquidauana UASG 158448</p>
13	<p>Germinador de sementes - mangelsdorf - germinador de sementes, digital, com iluminação, tipo mangelsdorf, oferece um uso variado para todos tipos de experiência de germinação, com acurado controle de temperatura. controlador de temperatura eletrônico digital com divisão de 0, 1°C termostato de precisão. porta inteiramente de vidro com câmara dupla, para melhor visibilidade e entrada de luz. parte superior, também de vidro, possibilitando a execução de testes de germinação à luz do dia, ou no escuro. acompanha 05 prateleiras de aço inox, para revenir qualquer efeito tóxico que retarde a germinação. dimensões internas de aproximadas. 60 x 55 x 87 cm, 220v, garantia 12 meses.</p> <p>catmat:150858</p>	UN	1	<p>IFMS Campus Nova Andradina UASG 158452</p>
14	<p>Germinador de sementes - mangelsdorf - germinador de sementes, digital, com iluminação, tipo mangelsdorf, oferece um uso variado para todos tipos de experiência de germinação, com acurado controle de temperatura. controlador de temperatura eletrônico digital com divisão de 0, 1°C termostato de precisão. porta inteiramente de</p>	UN	1	<p>IFMS Campus Coxim UASG 158451</p>



	<p>vidro com câmara dupla, para melhor visibilidade e entrada de luz. parte superior, também de vidro, possibilitando a execução de testes de germinação à luz do dia, ou no escuro. acompanha 05 prateleiras de aço inox, para reverter qualquer efeito tóxico que retarde a germinação. dimensões internas de aproximadas. 60 x 55 x 87 cm, 220v, garantia 12 meses.</p> <p>catmat:150858</p>			
15	<p>Germinador de sementes - mangelsdorf - germinador de sementes, digital, com iluminação, tipo mangelsdorf, oferece um uso variado para todos tipos de experiência de germinação, com acurado controle de temperatura. controlador de temperatura eletrônico digital com divisão de 0, 1ºc termostato de precisão. porta inteiramente de vidro com câmara dupla, para melhor visibilidade e entrada de luz. parte superior, também de vidro, possibilitando a execução de testes de germinação à luz do dia, ou no escuro. acompanha 05 prateleiras de aço inox, para reverter qualquer efeito tóxico que retarde a germinação. dimensões internas de aproximadas. 60 x 55 x 87 cm, 220v, garantia 12 meses.</p> <p>catmat:150858</p>	UN	1	<p>IFMS Campus Aquidauana UASG 158448</p>
16	<p>Incubadora laboratório, ajuste:ajuste digital, c/ painel de controle, tipo :bod, com fotoperíodo, volume:cerca de 350 l, temperatura:controle temperatura até 60 ºc, adicional:com vedação, componentes:até 10 prateleiras. incubadora laboratório, ajuste ajuste digital, c/ painel de controle, tipo* bod, com fotoperíodo, volume cerca de 350 l, temperatura controle temperatura até 60 ºc, adicional com vedação, componentes até 10 prateleiras catmat: 413314</p>	UN	3	<p>IFMS Campus Nova Andradina UASG 158452</p>
17	<p>Incubadora laboratório, ajuste:ajuste digital, c/ painel de controle, tipo :bod, com fotoperíodo, volume:cerca de 350 l, temperatura:controle temperatura até 60 ºc, adicional:com vedação, componentes:até 10 prateleiras. incubadora laboratório, ajuste ajuste digital, c/ painel de controle, tipo* bod, com fotoperíodo, volume cerca de 350 l, temperatura controle temperatura até 60 ºc, adicional com vedação, componentes até 10prateleiras catmat: 413314</p>	UN	3	<p>IFMS Campus Coxim UASG 158451</p>
18	<p>Refrigerador duplex frost free características mínimas: refrigerador duplex, capacidade refrigeração 445 a 500 litros, capacidade congelador 108 a 120 litros, sistema degelo frost free, cor branca, tensão alimentação</p>	UN	10	<p>IFMS Campus Nova Andradina UASG 158452</p>



	<p>220 v. com manual de instruções em português e certificado de garantia de no mínimo 12 meses. características adicionais: embalado individualmente para transporte; o equipamento deverá respeitar os índices de eficiência mínima estipulados pelo programa brasileiro de etiquetagem, desenvolvido pelo Inmetro, devendo estar enquadrado na faixa de classificação. catmat: 138622.</p>			
19	<p>Refrigerador duplex frost free características mínimas: refrigerador duplex, capacidade refrigeração 445 a 500 litros, capacidade congelador 108 a 120 litros, sistema degelo frost free, cor branca, tensão alimentação 220 v. com manual de instruções em português e certificado de garantia de no mínimo 12 meses. características adicionais: embalado individualmente para transporte; o equipamento deverá respeitar os índices de eficiência mínima estipulados pelo programa brasileiro de etiquetagem, desenvolvido pelo Inmetro, devendo estar enquadrado na faixa de classificação. catmat: 138622.</p>	UN	4	<p>IFMS Campus Coxim UASG 158451</p>
20	<p>Refrigerador duplex frost free características mínimas: refrigerador duplex, capacidade refrigeração 445 a 500 litros, capacidade congelador 108 a 120 litros, sistema degelo frost free, cor branca, tensão alimentação 220 v. com manual de instruções em português e certificado de garantia de no mínimo 12 meses. características adicionais: embalado individualmente para transporte; o equipamento deverá respeitar os índices de eficiência mínima estipulados pelo programa brasileiro de etiquetagem, desenvolvido pelo Inmetro, devendo estar enquadrado na faixa de classificação. catmat: 138622.</p>	UN	2	<p>IFMS Campus Aquidauana UASG 158448</p>
21	<p>Tensiómetro analógico para instalação a 40cm de profundidade, com cápsula porosa, vacuômetro selado e protegido por invólucro de borracha, escala em centibar e kilopascal na faixa de 0 a 100 centibar.</p>	UND	5	<p>IFMS Campus Nova Andradina UASG 158452</p>
22	<p>Tensímetro Analógico de Punção, faixa de leitura de 0 - 100 kPa, para leitura de tensiómetros, com capa de borracha/silicone</p>	UND	5	<p>IFMS Campus Nova Andradina UASG 158452</p>



23	Tensiômetro de punção, em PVC, com tampa de borracha/silicone, p/ profundidade de medição de 40 cm.	UND	5	IFMS Campus Nova Andradina UASG 158452
24	Pulverizador de pesquisa. Sistema com antigotejo e engate rápido. Fácil sistema de angulação de pontas. 4 bicos espaçados a 50cm. Cilindro de alumínio com capacidade para 2kg de CO ₂ . Regulador de pressão. Apoio costal leve e prático. Manômetro de 0 a 100psi (100bar). Lança de alta qualidade. Pescador com válvula de segurança que abre a 60psi (4bar) e sistema de engate rápido.	UND	5	IFMS Campus Nova Andradina UASG 158452

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE DA ATA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1 A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao (s) fornecedor (es).

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o (s) fornecedor (es) para negociar (em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4 O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta



ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1 descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2 não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3 não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2 a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).



Nova Andradina, xx de novembro de 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

CNPJ: 10.673.078/0002-01

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ: